

## Quadro Comparativo Medida Provisória nº 1063/2021

LEGISLAÇÃO ALTERADA	TEXTO ENCAMINHADO PELO EXECUTIVO	PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 27/2021 (Aprovado na Câmara dos Deputados)
	Altera a <u>Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997</u> , e a <u>Lei nº 9.718, de 27 de novembro de 1998</u> , para dispor sobre as operações de compra e venda de álcool, a comercialização de combustíveis por revendedor varejista e a incidência da Contribuição para o Programa de Integração Social e o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público - PIS/Pasep e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - Cofins nas referidas operações.	Altera a <u>Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997</u> , e a <u>Lei nº 9.718, de 27 de novembro de 1998</u> , para dispor sobre as operações de compra e venda de álcool, a comercialização de combustíveis por revendedor varejista e a incidência das <b>s contribuições</b> para o Programa de Integração Social e o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PIS/Pasep) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) nas referidas operações.
	O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 62 da <u>Constituição</u> , adota a seguinte Medida Provisória, com força de lei:	O <b>CONGRESSO NACIONAL</b> decreta:
<u>Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997</u>	<b>Art. 1º</b> A <u>Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997</u> , passa a vigorar com as seguintes alterações:	<b>Art. 1º</b> A <u>Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997</u> , passa a vigorar com as seguintes alterações:
	<b>"CAPÍTULO IX-B</b>	<b>"CAPÍTULO IX-B</b>
	<b>DA COMERCIALIZAÇÃO DE COMBUSTÍVEIS LÍQUIDOS</b>	<b>DA COMERCIALIZAÇÃO DE COMBUSTÍVEIS LÍQUIDOS</b>
	Art. 68-B. Sem prejuízo das demais hipóteses previstas na regulação, o agente produtor ou importador de etanol hidratado combustível fica autorizado a comercializá-lo com:	Art. 68-B. Sem prejuízo das demais hipóteses previstas na regulação, o agente produtor, <b>inclusive a cooperativa de produção de etanol, a cooperativa de comercialização de etanol, a empresa comercializadora de etanol ou o importador de etanol hidratado combustível ficam autorizados</b> a comercializá-lo com:
	<b>I - agente distribuidor;</b>	<b>I - agente distribuidor;</b>

■ Texto alterado
 ■ Texto revogado
 abc Texto excluído
 ▲ Indicador de exclusão de termo ou dispositivo

## Quadro Comparativo

### Medida Provisória nº 1063/2021

LEGISLAÇÃO ALTERADA	TEXTO ENCAMINHADO PELO EXECUTIVO	PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 27/2021 (Aprovado na Câmara dos Deputados)
	II - revendedor varejista de combustíveis;	II - revendedor varejista de combustíveis;
	III - transportador-revendedor-retalhista; e	III - transportador-revendedor-retalhista; e
	IV - mercado externo.” (NR)	IV - mercado externo.
	“Art. 68-C. Sem prejuízo das demais hipóteses previstas na regulação, o agente revendedor fica autorizado a adquirir e a comercializar etanol hidratado combustível do:	Art. 68-C. Sem prejuízo das demais hipóteses previstas na regulação, o agente revendedor fica autorizado a adquirir e a comercializar etanol hidratado combustível do:
	I - agente produtor ou importador;	I - agente produtor, inclusive a cooperativa de produção de etanol, da cooperativa de comercialização de etanol, da empresa comercializadora de etanol ou do importador;
	II - agente distribuidor; e	II - agente distribuidor; e
	III - transportador-revendedor-retalhista.” (NR)	III - transportador-revendedor-retalhista.
	“Art. 68-D. O revendedor varejista que optar por exibir a marca comercial de distribuidor de combustíveis líquidos poderá comercializar combustíveis de outros fornecedores, na forma da regulação aplicável, e desde que devidamente informado ao consumidor.	Art. 68-D. É autorizada a revenda varejista de gasolina e etanol hidratado fora do estabelecimento autorizado, limitada ao município onde se localiza o revendedor varejista autorizado, na forma da regulação da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP).”
	Parágrafo único. O disposto no caput não prejudicará cláusulas contratuais em sentido contrário, inclusive dos contratos vigentes na data de publicação da Medida Provisória nº 1.063, de 11 de agosto de 2021.” (NR)	^
<u>Lei nº 9.718, de 27 de novembro de 1998</u>	<b>Art. 2º</b> A <u>Lei nº 9.718, de 27 de novembro de 1998</u> , passa a vigorar com as seguintes alterações:	<b>Art. 2º</b> A <u>Lei nº 9.718, de 27 de novembro de 1998</u> , passa a vigorar com as seguintes alterações:

■ Texto alterado
 ■ Texto revogado
 ■ Texto excluído
 ^ Indicador de exclusão de termo ou dispositivo

## Quadro Comparativo Medida Provisória nº 1063/2021

LEGISLAÇÃO ALTERADA	TEXTO ENCAMINHADO PELO EXECUTIVO	PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 27/2021 (Aprovado na Câmara dos Deputados)
Art. 5º A Contribuição para o PIS/Pasep e a Cofins incidentes sobre a receita bruta auferida na venda de álcool, inclusive para fins carburantes, serão calculadas com base nas alíquotas, respectivamente, de: .....	“Art. 5º ..... .....	“Art. 5º ..... .....
§ 1º Ficam reduzidas a 0% (zero por cento) as alíquotas da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins incidentes sobre a receita bruta de venda de álcool, inclusive para fins carburantes, quando auferida:	§ 1º .....	§ 1º.....
I – por distribuidor, no caso de venda de álcool anidro adicionado à gasolina;		I – (revogado);
II – por comerciante varejista, em qualquer caso;	II - por comerciante varejista, exceto na hipótese prevista no inciso II do § 4º-B; e .....	II - por comerciante varejista, exceto na hipótese prevista no inciso II do § 4º-B deste artigo; e .....
§ 3º As demais pessoas jurídicas que comerciem álcool não enquadradas como produtor, importador, distribuidor ou varejista ficam sujeitas às disposições da legislação da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins aplicáveis à pessoa jurídica distribuidora. .....		§ 3º (Revogado). .....

  Texto alterado
   Texto revogado
 abc Texto excluído
 ^ Indicador de exclusão de termo ou dispositivo

## Quadro Comparativo

### Medida Provisória nº 1063/2021

LEGISLAÇÃO ALTERADA	TEXTO ENCAMINHADO PELO EXECUTIVO	PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 27/2021 (Aprovado na Câmara dos Deputados)
	§ 4º-A Na hipótese de venda efetuada diretamente do produtor ou do importador para as pessoas jurídicas de que tratam os incisos II e III do caput do art. 68-B da <u>Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997</u> , a alíquota aplicável, conforme o caso, será aquela resultante do somatório das alíquotas previstas:	§ 4º-A Na hipótese de venda efetuada diretamente do produtor ou do importador para as pessoas jurídicas de que tratam os incisos II e III do caput do art. 68-B da <u>Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997</u> , a alíquota aplicável, conforme o caso, será aquela resultante do somatório das alíquotas previstas:
	I - nos incisos I e II do caput; ou	I - nos incisos I e II do caput <b>deste artigo</b> ; ou
	II - nos incisos I e II do § 4º, observado o disposto no § 8º.	II - nos incisos I e II do § 4º, observado o disposto no § 8º <b>deste artigo</b> .
	§ 4º-B As alíquotas de que trata o § 4º-A aplicam-se nas seguintes hipóteses:	§ 4º-B As alíquotas de que trata o § 4º-A <b>deste artigo</b> aplicam-se, <b>também</b> , nas seguintes hipóteses:
	I - de o importador exercer também a função de distribuidor;	I - de o importador exercer também a função de distribuidor;
	II - de as vendas serem efetuadas pelas pessoas jurídicas de que trata o inciso II ou III do caput do art. 68-B da <u>Lei nº 9.478, de 1997</u> , quando estas efetuarem a importação; e	II - de as vendas serem efetuadas pelas pessoas jurídicas de que trata o inciso II ou III do caput do art. 68-B da <u>Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997</u> , quando elas efetuarem a importação; e
	III - de as vendas serem efetuadas pelas demais pessoas jurídicas não enquadradas como produtor, importador, distribuidor ou varejista.	III - de as vendas serem efetuadas pelas demais pessoas jurídicas não enquadradas como produtor, importador, distribuidor ou varejista.
	§ 4º-C Na hipótese de venda de gasolina pelo distribuidor, em relação ao percentual de álcool anidro a ela adicionado, a incidência da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins ocorrerá, conforme o caso, pela aplicação das alíquotas previstas:	§ 4º-C Na hipótese de venda de gasolina pelo distribuidor, em relação ao percentual de álcool anidro a ela adicionado, a incidência da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins ocorrerá, conforme o caso, pela aplicação das alíquotas previstas:
	I - no inciso I do caput; ou	I - no inciso I do caput <b>deste artigo</b> ; ou

  Texto alterado
   Texto revogado
 abc Texto excluído
 ^ Indicador de exclusão de termo ou dispositivo

## Quadro Comparativo Medida Provisória nº 1063/2021

LEGISLAÇÃO ALTERADA	TEXTO ENCAMINHADO PELO EXECUTIVO	PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 27/2021 (Aprovado na Câmara dos Deputados)
	II - no inciso I do § 4º, observado o disposto no § 8º. .....	II - no inciso I do § 4º, observado o disposto no § 8º deste artigo. .....
	§ 13-A. O distribuidor sujeito ao regime de apuração não cumulativa da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins poderá descontar créditos relativos à aquisição, no mercado interno, de álcool anidro para adição à gasolina. .....	§ 13-A. O distribuidor sujeito ao regime de apuração não cumulativa da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins poderá descontar créditos relativos à aquisição, no mercado interno, de álcool anidro para adição à gasolina. .....
	§ 14-A. Os créditos de que trata o § 13-A correspondem aos valores da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins que incidiram sobre a operação de aquisição. .....	§ 14-A. Os créditos de que trata o § 13-A deste artigo correspondem aos valores da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins que incidiram sobre a operação de aquisição. .....
§ 15. O disposto no § 14 deste artigo não se aplica às aquisições de álcool anidro para adição à gasolina, hipótese em que os valores dos créditos serão estabelecidos por ato do Poder Executivo.		§ 15. (Revogado).
§ 16. Observado o disposto nos §§ 14 e 15 deste artigo, não se aplica às aquisições de que trata o § 13 deste artigo o disposto na alínea b do inciso I do caput do art. 3º da <u>Lei nº 10.637, de 30 de dezembro de 2002</u> , e na alínea b do inciso I do caput do art. 3º da <u>Lei nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003</u> . .....		§ 16. Observado o disposto nos §§ 14 e 14-A deste artigo, não se aplica às aquisições de que tratam os §§ 13 e 13-A deste artigo o disposto na alínea b do inciso I do caput do art. 3º da <u>Lei nº 10.637, de 30 de dezembro de 2002</u> , e na alínea b do inciso I do caput do art. 3º da <u>Lei nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003</u> . .....

  Texto alterado
   Texto revogado
 abc Texto excluído
 ^ Indicador de exclusão de termo ou dispositivo

## Quadro Comparativo

### Medida Provisória nº 1063/2021

LEGISLAÇÃO ALTERADA	TEXTO ENCAMINHADO PELO EXECUTIVO	PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 27/2021 (Aprovado na Câmara dos Deputados)
§ 19. O disposto no § 3º não se aplica às pessoas jurídicas controladas por produtores de álcool ou interligadas a produtores de álcool, seja diretamente ou por intermédio de cooperativas de produtores, ficando sujeitas às disposições da legislação da contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins aplicáveis à pessoa jurídica produtora.		§ 19. (Revogado).
§ 20. A cooperativa de produção ou comercialização de etanol e a pessoa jurídica comercializadora de etanol controlada por produtores de álcool ou interligada a produtores de álcool, seja diretamente ou por intermédio de cooperativas de produtores, ficam sujeitas às disposições da legislação da contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins aplicáveis à pessoa jurídica produtora. (Incluído pela <a href="#">Medida Provisória nº 1.069, de 2021</a> )		§ 20. A cooperativa de produção ou comercialização de etanol e a pessoa jurídica comercializadora de etanol controlada por produtores de <b>etanol</b> ou interligada a produtores de <b>etanol</b> , diretamente ou por intermédio de cooperativas de produtores, ficam sujeitas às disposições da legislação da <b>Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins aplicáveis à pessoa jurídica produtora, observadas as disposições dos arts. 15 e 16 da Medida Provisória nº 2.158-35, de 24 de agosto de 2001.</b> ”(NR)
	<b>Art. 3º</b> O disposto no art. 68-D da <a href="#">Lei nº 9.478, de 1997</a> , será regulamentado pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP, no prazo de noventa dias, contado da data de publicação desta Medida Provisória.	^
	Parágrafo único. Decreto regulamentará o disposto no art. 68-D da Lei nº 9.478, de 1997, até que entre em vigor a norma de que trata o caput. (Incluído pela <a href="#">Medida Provisória nº 1.069, de 2021</a> )	^

■ Texto alterado
 ■ Texto revogado
 abc Texto excluído
 ^ Indicador de exclusão de termo ou dispositivo



## Quadro Comparativo Medida Provisória nº 1063/2021

LEGISLAÇÃO ALTERADA	TEXTO ENCAMINHADO PELO EXECUTIVO	PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 27/2021 (Aprovado na Câmara dos Deputados)
	<b>Art. 4º</b> Ficam revogados os seguintes dispositivos do art. 5º da <u>Lei nº 9.718, de 1998</u> :	<b>Art. 3º</b> Ficam revogados <sup>^</sup> :
<u>Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997</u> Art. 68-A. Qualquer empresa ou consórcio de empresas constituídas sob as leis brasileiras com sede e administração no País poderá obter autorização da ANP para exercer as atividades econômicas da indústria de biocombustíveis. .....		I – o inciso II do § 2º do art. 68-A da <u>Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997</u> ;
§ 2º A autorização de que trata o caput deverá considerar a comprovação, pelo interessado, quando couber, das condições previstas em lei específica, além das seguintes, conforme regulamento: .....		
II - estar regular perante as fazendas federal, estadual e municipal, bem como demonstrar a regularidade de débitos perante a ANP;		
<u>Lei nº 9.718, de 27 de novembro de 1998</u>		II - os seguintes dispositivos do art. 5º da <u>Lei nº 9.718, de 27 de novembro de 1998</u> :
Art. 5º A Contribuição para o PIS/Pasep e a Cofins incidentes sobre a receita bruta auferida na venda de álcool, inclusive para fins carburantes, serão calculadas com base nas alíquotas, respectivamente, de: .....		

  Texto alterado
   Texto revogado
 abc Texto excluído
 ^ Indicador de exclusão de termo ou dispositivo

## Quadro Comparativo

### Medida Provisória nº 1063/2021

LEGISLAÇÃO ALTERADA	TEXTO ENCAMINHADO PELO EXECUTIVO	PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 27/2021 (Aprovado na Câmara dos Deputados)
§ 1º Ficam reduzidas a 0% (zero por cento) as alíquotas da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins incidentes sobre a receita bruta de venda de álcool, inclusive para fins carburantes, quando auferida:  I – por distribuidor, no caso de venda de álcool anidro adicionado à gasolina;	I - o inciso I do § 1º;	a) o inciso I do § 1º;
§ 3º As demais pessoas jurídicas que comerciem álcool não enquadradas como produtor, importador, distribuidor ou varejista ficam sujeitas às disposições da legislação da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins aplicáveis à pessoa jurídica distribuidora.	II - o § 3º; e	b) o § 3º; ^
§ 15. O disposto no § 14 deste artigo não se aplica às aquisições de álcool anidro para adição à gasolina, hipótese em que os valores dos créditos serão estabelecidos por ato do Poder Executivo.		c) o § 15; e
§ 19. O disposto no § 3º não se aplica às pessoas jurídicas controladas por produtores de álcool ou interligadas a produtores de álcool, seja diretamente ou por intermédio de cooperativas de produtores, ficando sujeitas às disposições da legislação da contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins aplicáveis à pessoa jurídica produtora.	III - o § 19.	d) o § 19.
	<b>Art. 5º</b> Esta Medida Provisória entra em vigor na data de sua publicação e produz efeitos:	<b>Art. 4º</b> Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação ^.
	I - na data da sua publicação, quanto ao:	^





  Texto alterado
   Texto revogado
 abc Texto excluído
 ^ Indicador de exclusão de termo ou dispositivo



## Quadro Comparativo

### Medida Provisória nº 1063/2021

LEGISLAÇÃO ALTERADA	TEXTO ENCAMINHADO PELO EXECUTIVO	PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 27/2021 (Aprovado na Câmara dos Deputados)
	a) art. 1º, na parte que acresce o art. 68-D à <u>Lei nº 9.478, de 1997</u> ; e	^
	b) art. 3º; e	^
	II - no primeiro dia do quarto mês subsequente ao de sua publicação, quanto aos demais dispositivos.	^

 Texto alterado  Texto revogado  Texto excluído  Indicador de exclusão de termo ou dispositivo

Elaborado pelo Serviço de Medidas Provisórias- Telefone: 3303-4136  
(Elaboração: 29/11/2021 08:40)